

As primeiras definições da nova Carta

por Francisca Stella Fagá
de Brasília

A Constituição desenhada nos anteprojetos que os relatores das oito comissões temáticas da Constituinte concluíram no fim de semana já depurou parte do confronto entre posições políticas, ideológicas, regionais e individuais. Juntos, os anteprojetos formam um conjunto de cerca de setecentos artigos, segunda indicação de que serão ainda mais depurados nas próximas etapas da Constituinte.

A proibição de bancos estrangeiros captarem depósitos no Brasil, por exemplo, proposta aprovada na Subcomissão de Finanças, converteu-se na fixação de princípios subordinados ao interesse nacional, aos acordos internacionais e aos critérios de reciprocidade que deverão nortear os investimentos estrangeiros no setor financeiro, detalhados por lei complementar à Constituição.

O relator do Sistema Tributário, Orçamento e Fi-



Egidio Ferreira Lima

nanças, deputado José Serra (PMDB-SP), lança para o futuro a definição precisa do capital estrangeiro no setor financeiro e está convencido de que o Brasil não deve de maneira alguma provocar nenhuma medida retaliatória dos demais países.

A estabilidade no emprego também se suavizou no relatório do senador Almir Gabriel (PMDB-PA). A garantia tem exceções e os contratos de trabalho por tempo determinado são admitidos. O monopólio do petróleo, extinto por duas horas na Subcomissão de Princípios Gerais, como ironiza o deputado Delfim Netto (PDS-SP), foi restabelecido nos termos atuais pelo anteprojeto do senador Severo Gomes (PMDB-SP), relator da Comissão da Ordem Econômica.

Ao contrário dos relatores José Serra e Severo Gomes, que, pela natureza dos temas, puderam conciliar posições divergentes e transferir áreas de atrito para futuras leis complementares, o deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE) precisou definir rigorosamente uma questão delicada: a duração do mandato do presidente José Sarney.

Relator da Comissão da Organização dos Poderes e

Sistema de Governo, Ferreira Lima tinha a tarefa de estabelecer o prazo. Optou por quatro anos, consciente de que a comissão abriga muitos defensores dos cinco anos. Optou, também, por um sistema de governo que denomina "presidencialismo de gabinete", inspirado no projeto do senador José Fogaça (PMDB-RS).

Mandato e sistema de governo, segundo Ferreira Lima, são duas variáveis a serem negociadas. O deputado tem informações seguras de que o presidente José Sarney começou a se convencer das vantagens do sistema por ele proposto.

Na Comissão da Ordem Econômica, a decisão do senador Severo Gomes de remeter para legislação complementar a definição de temas como os limites da propriedade privada e da disciplina do capital estrangeiro no País sofre resistência dos grupos chamados progressistas. "É o caminho para uma Constituição sintética, capaz de tranquilizar as elites", criticou o deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), que relatou o projeto da Subcomissão de Reforma Agrária.

A proposta de Severo Gomes transfere para a legislação ordinária a disciplina das diretrizes das políticas agrícola, agrária, tecnológica, industrial, urbana, de transporte e do comércio interno e externo.

Até hoje à meia-noite, os anteprojetos recebem emendas. Serão reformulados e a partir de sexta-feira começarão a ser votados. Na terça-feira da próxima semana deverão ser remetidos à Comissão de Sistematização, que, no final de julho, entregará o projeto da nova Carta à discussão do plenário.